



----- Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, compareceram, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, os Senhores: EDUARDO MANUEL DOBRÕES TAVARES, Presidente, MARIA MANUEL ROCHA CUNHA SILVA, Vice-Presidente; RUI JORGE BARRACHO FIGUEIREDO, VÍTOR JOSÉ NEVES BEBIANO e JOSÉ JOAQUIM REBOREDO ALMENDRA, Vereadores. -----

----- Compareceram também a Técnica Superior da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, que secretariou a reunião e a Técnica Superior de Comunicação, Ana Catarina Ramos Teixeira. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, após o que foi aprovada, por **UNANIMIDADE**, a ata da reunião ordinária realizada no dia treze de dezembro de dois mil e vinte e dois, previamente enviada por correio eletrónico a todos os membros do Executivo, tendo sido dispensada a sua leitura. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e foram tomadas as seguintes decisões: -----

BALANCETE -----

----- Foi tomado conhecimento da existência de fundos através do Balancete do dia nove de janeiro de dois mil e vinte e três, que acusa o saldo de **€145.945,55** (cento e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos), em dotações orçamentais e de **€234.836,36** (duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e trinta e seis euros e trinta e seis cêntimos), em dotações não orçamentais. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente começou por cumprimentar todos os presentes bem como todos os munícipes que assistem à reunião através das redes sociais e desejou um feliz ano de 2023 (dois mil e vinte e três) com muita saúde e paz. Continuando, o Senhor Presidente fez um ponto de situação da seca no nosso Concelho. Disse que, felizmente, já não estão em situação de seca e que praticamente todo o país saiu dessa situação, porque o volume de armazenamento de água nas nossas barragens está a subir de forma gradual, estando já num nível razoável. Explicou que a Barragem da Camba já está cheia há cerca de três semanas, a Barragem de Santa Justa também acabou por encher em poucos dias. No entanto, informou que existem duas barragens que ainda não estão na sua capacidade máxima, a de Sambade e a da Esteveinha, mas a continuar a chover como tem estado, acredita que até ao final do mês de janeiro tenham estas albufeiras a 100% (cem por cento), informando ainda que Sambade está a cerca de 75% (setenta e cinco por cento) da sua capacidade e a Esteveinha está um pouco abaixo. No entanto, disse que não podem “baixar os braços” no combate ao desperdício da água e à sua poupança e na próxima reunião de câmara irão trazer uma proposta de ofício para ser enviado ao Senhor Ministro do Ambiente no sentido de agradecer toda a ajuda e o envolvimento que todas as entidades da tutela tiveram com os municípios portugueses no combate a estas dificuldades, mas também no sentido de relembrar que é muito importante continuarem a ter este trabalho e a implementar medidas estruturais. -----

----- De seguida, usou da palavra, o Senhor Vereador Vítor Bebianho. Começou por cumprimentar todos os presentes e disse que o assunto que pretende abordar está relacionado com o prazo de conclusão da obra da Casa do Arcebispo D. José de Moura, ou seja, perguntou qual é o prazo dessa conclusão e qual o ponto de situação dessa obra e se é para avançar com ela. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que sim, é para avançar com esta obra e esclareceu que, em Setembro, foi feita uma revisão do seu projeto, pois um dos grandes problemas que tiveram na fase inicial foi a estrutura metálica e para não correrem riscos neste segundo procedimento decidiram melhorar essa parte do projeto,



atualizar e rever preços da obra em falta. Explicou que esse trabalho foi feito pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e está, neste momento, a ser validado pelo Arquiteto Fernando Antunes e acredita que o trabalho estará concluído brevemente para poderem avançar com o novo concurso. Esclareceu ainda que durante o mês de janeiro querem avançar com este concurso para que nos próximos cinco a seis meses a obra esteja terminada, sob pena de perderem os fundos comunitários. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vereador José Almendra. Começou por cumprimentar todos os presentes e disse que sabe que já foi feita uma pequena intervenção nos caminhos por onde passa a fibra ótica, no entanto entende que foi uma intervenção pouco feliz, porque, no local por onde passa, essa fibra foi colocado cimento, mas os caminhos ficaram ainda mais intransitáveis e por isso é necessário fazer intervenções neles para que fiquem em normais condições de trânsito. O Senhor Presidente da Câmara referiu que teve conhecimento que no final do ano o Senhor Vereador José alertou a Presidente da Junta de Freguesia, elogiando-o por isso. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara disse que logo falou com o Engenheiro Miranda, da Associação de Municípios e colocou-o a par da ocorrência, dizendo-lhe que a intervenção não estaria a ser a melhor para resolver o problema. Depois, o Técnico responsável por essa obra foi ao local, bem como o Engenheiro Toni Azevedo e de facto viram que a intervenção precisa de ser complementada com uma intervenção de melhoria das valetas. No entanto, informou que esse trabalho não estava previsto nessa empreitada ajustada com o empreiteiro e que por isso esse trabalho será feito pela Câmara Municipal, tendo já assumido esse compromisso com a Presidente da Junta de Freguesia e o serviço será feito logo que haja disponibilidade de máquinas, ou com as da Câmara ou contratando o serviço com a nossa supervisão. O Senhor Presidente da Câmara agradeceu depois a preocupação dos Senhores Vereadores para com esta situação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que a próxima reunião de câmara será descentralizada, na freguesia de Vilares da Vilariça, pelas dezasseis horas e haverá Presidência Aberta nessa localidade. -----

ORDEM DO DIA

1. TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A QUEBRA DE PRODUÇÃO DE CASTANHA, AZEITE, AMÊNDOA E VINHA - PARA DISCUSSÃO E DECISÃO -----

----- Sobre o assunto, o Senhor Presidente da Câmara disse que na sequência da tomada de posição da Câmara de Bragança relativamente à quebra de produção no setor da castanha, uma vez que é um setor muito forte naquele concelho, decidiram associar-se a ela. No entanto, decidiram fazer uma proposta mais alargada, tendo em conta que há outros setores de atividade na agricultura que foram também muito afetados pela seca, pela diminuição das produções, outras realidades e outros problemas que existem no setor agrícola. O Senhor Presidente disse ainda que esta proposta foi partilhada e analisada por todos os membros presentes deste Executivo, passando, de seguida, à sua leitura e que a seguir se transcreve, integralmente: -----

----- *Considerando que:* -----

----- - *A Câmara Municipal de Bragança apresentou uma tomada de posição sobre as quebras na produção de castanha na Terra Fria Transmontana, à qual o Município de Alfândega da Fé se associou, devido à relevância desta cultura no desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho de Alfândega da Fé, subscrevendo a necessidade de medidas de apoio urgentes aos produtores de castanha, para fazer face às dificuldades da última colheita e do atual contexto socioeconómico.* -----

----- - *No seu seguimento, vem a Câmara Municipal de Alfândega da Fé reforçar essa tomada de posição, considerando as quebras de produção de todo o setor agrícola afetado pelas condições climáticas adversas (seca severa/extrema e escassez de pluviosidade em 2022). É importante lembrar que a região de Trás-os-Montes foi e é a região mais afetada pelos efeitos da seca e da escassez de pluviosidade durante a campanha agrícola de 2022. Acresce ainda a estes factos, estrangimentos de ordem económica e geopolítica, como é o caso dos aumentos dos custos da energia e combustíveis, escassez de matérias primas, inflação galopante e aumento das taxas de juro, que*



estão a prejudicar os agricultores e a comprometer o setor agrícola no geral. As quebras na produção agrícola foram transversais aos diversos setores de produção em Trás-os-Montes, afetando as fileiras da castanha (na ordem dos 80%), da azeitona (na ordem dos 50%), dos frutos secos, designadamente da amêndoa (na ordem dos 50%) e do vinho (na ordem dos 50%), sendo estas as principais culturas e a principal fonte de rendimento e subsistência das famílias deste território e principal fator de fixação de pessoas neste território, pois, o Setor Agrícola representa cerca de 50% do emprego em toda a região. -----

----- - Os nossos agricultores estão, atualmente, confrontados com grandes dificuldades que comprometem seriamente a manutenção de explorações de forma sustentável e produtiva, nomeadamente o aumento geral dos preços da energia, do combustível, dos adubos, dos fertilizantes e dos fitofármacos, necessários para a prática e cultivo agrícola. Uma situação que conjugada com as quebras de produção, perdas de rendimento e com a atual conjuntura socioeconómica, adivinham um contexto catastrófico e insustentável para os agricultores e famílias, num território já por si fragilizado e a perder população de forma acentuada e contínua. De realçar o efeito negativo e nefasto que a grave seca e falta de pluviosidade em 2022 já provocaram nas produções de 2023, pois as plantas sofreram danos graves, não só a nível de produção, em 2022, mas também de vingamentos e crescimentos saudáveis, muito importantes e necessários para o sucesso das produções dos anos seguintes, ou seja, este efeito vai arrastar-se para 2023. -----

----- - Sendo Trás-os-Montes a região onde a produção biológica se destaca a nível nacional com uma SAU (superfície agrícola utilizada) total biológica de 21%, para uma média de 18% em todo o território nacional, registamos uma acrescida dificuldade no que toca aos atuais parâmetros analíticos exigidos aos produtores na entrega dos frutos secos, nomeadamente da amêndoa, cujos parâmetros não estão alinhados com os de outros países europeus criando assim uma discriminação negativa para um importante setor da região e comprometendo a continuidade de muitas explorações e da Produção em Modo Biológico. Os critérios e parâmetros analíticos desta certificação devem ser revistos para que o agricultor com exploração em modo de produção biológica não seja prejudicado ou aniquilada a viabilidade deste Modo de Produção. -----

----- - Antevemos sérias dificuldades na comercialização do azeite, num momento em que a vizinha Espanha, principal produtor mundial de azeite, baixou o IVA deste produto de 10% para 5%, ganhando competitividade interna e consequentemente maior independência face a mercados externos, no caso concreto face ao produto nacional, podendo até conquistar mercados que até agora serviam para escoamento do azeite português. É por isso necessário pensar e tomar medidas extraordinárias e urgentes, em linha com as tomadas em Espanha, para que o mercado nacional não perca competitividade e se continue a afirmar nesta fileira. -----

----- - É necessário reforçar medidas de isenção ou redução dos custos com a aquisição de energia, nomeadamente da eletricidade e dos combustíveis; -----

----- - Deve ser uma prioridade reforçar os níveis de apoio ao investimento com o aumento das taxas de participação e aumentar os incentivos aos Jovens Agricultores; -----

----- - É urgente pensar em medidas de apoio ao trabalho na agricultura e na agroindústria, medidas fortes, que incentivem a contratação e o combate à precariedade, medidas que facilitem e simplifiquem o trabalho sazonal e não prejudiquem os beneficiários de apoios de medidas sociais (RSI e desemprego). É ainda necessário aplicar um regime de isenção “extraordinária”, como já aconteceu em outros momentos excecionais, de 6 meses do pagamento da Segurança Social para todos os agricultores e ENI’s agrícolas como forma de apoiar e aliviar a tesouraria das nossas explorações agrícolas dos brutais aumentos que vão continuar em 2023. -----

----- Face ao exposto, propõe-se ao Governo de Portugal a adoção das seguintes medidas: -----

----- - Reforço das medidas de isenção ou redução dos custos com a aquisição de energia, nomeadamente da eletricidade e dos combustíveis. -----



----- - Reforço dos níveis de apoio ao investimento com o aumento das taxas de participação e aumentar os incentivos aos Jovens Agricultores. -----

----- - Tomada de medidas compensatórias urgentes para os produtores de castanha, azeitona, frutos secos e vinha; -----

----- - Revisão dos parâmetros de certificação da agricultura biológica. -----

----- - Redução do IVA do azeite. -----

----- Que a presente tomada de posição seja remetida para as seguintes entidades: -----

----- - Sua Excelência o Presidente da República de Portugal; -----

----- - Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal; -----

----- - Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação; -----

----- - Senhora Ministra da Coesão Territorial; -----

----- - Secretaria de Estado da Agricultura; -----

----- - Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional; -----

----- - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; -----

----- - Câmaras e Assembleias Municipais dos Distritos de Bragança e Vila Real; -----

----- - Juntas e Uniões de Freguesias do Distrito de Bragança; -----

----- - Associações do setor; -----

----- - Deputados da Assembleia da República do Círculo Eleitoral de Bragança; -----

----- - Comunicação social.” -----

----- Colocada a votação esta tomada de posição, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprová-la e proceder à sua divulgação, conforme nela proposto. -----

----- **2. “US BAT’ N’ PELLE” ASSOCIAÇÃO CULTURAL, MUSICAL E RECREATIVA – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – PARA APROVAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6625 (seis mil seiscentos e vinte e cinco) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviado a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, dos presentes, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação Cultural, Musical e Recreativa “Us Bat’ N’ Pelle”, no montante de €2.003,40 (dois mil e três euros e quarenta cêntimos), para pagamento de faturas de 3 viagens já efetuadas pela Empresa Santos, Lda, conforme referido no ofício, supra identificado. -----

----- Não participou, na discussão e votação deste assunto, o Senhor Vereador Vitor Bebiano, por ter declarado e sido aceite o seu impedimento, nos termos do previsto no art. 69º nº 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que, na qualidade de membro da Direção da Associação “Us Bat N’ Pelle”, nele tem interesse. -

----- **3. MOTOCLUBE ALFANDEGUENSE “BOTA’ T N’UMA STRADA” – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – PARA APROVAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7016 (sete mil e de dezasseis) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviado a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro ao Motoclube Alfandeguense “Bota’ T’ N’uma Strada”, no montante de €2.500,00 (dois mil e quinhentos



euros), para a realização do Passeio Todo o Terreno realizado no dia 11 de dezembro, conforme referido no ofício, supra identificado. -----

4. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTA MARINHA DE POMBAL – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6279 (seis mil duzentos e setenta e nove) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviado a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. -----

----- O Senhor Vereador José Almendra alertou para o facto de poder vir anexado o orçamento, uma vez que não consta nos documentos enviados. O Senhor Presidente da Câmara disse que irá pedir à Fábrica da Igreja para que envie esse documento. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Marinha de Pombal, no montante de €9.000,00 (nove mil euros), para a realização de obras, conforme referido no ofício, supra identificado. -----

5. JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 2853 (dois mil oitocentos e cinquenta e três) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviado a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. -----

----- Os Senhores Vereadores Vítor Bebiano e José Almendra referiram que as empresas que fazem os trabalhos deveriam ser do Concelho, uma vez que neste caso, a empresa que fez o serviço é de Mogadouro. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Vilarchão, no montante de €4.749,00 (quatro mil setecentos e quarenta e nove euros), para poderem manter a caixa ATM na aldeia de Vilarchão, conforme referido no ofício, supra identificado. -----

6. JUNTA DE FREGUESIA DE VILARELHOS – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente um ofício, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6280 (seis mil duzentos e oitenta) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviado a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Vilarelhos, no montante de €4.000,00 (quatro mil euros), para ajudar a custear as despesas referentes ao lançamento do livro “Vilarelhos, Tempos e Memórias”, conforme referido no ofício,. -----

7. INTELIGÊNCIA LOCAL – ASSOCIAÇÃO PARA A REGENERAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E GOVERNANÇA DAS ECONOMIAS LOCAIS – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente um documento enviado por e-mail e registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7125 (sete mil cento e vinte e cinco) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviado a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação “Inteligência Local”, no montante de €330,45 (trezentos e trinta euros e quarenta e cinco



cêntimos), para pagar os custos associados à criação da referida Associação”, conforme referido no e-mail supra identificado. -----

8. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE HORÁRIOS DE TRABALHO E ASSIDUIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente o referido documento, acompanhado de uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o nº 111 (cento e onze) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, pelo que ficarão a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações. Disse que se trata de uma proposta que vem atualizar este regulamento ao nível das legislações em vigor e vem também permitir que haja uma homogeneização daquilo que é a utilização e definição do banco de horas por parte dos nossos trabalhadores. Para além disso este Regulamento também vai permitir estar em consonância com o Sistema de Assiduidade, isto porque querem que este Sistema de Assiduidade Eletrónica possa verter diretamente na aplicação dos Recursos Humanos, mas para isso será preciso fazer-se outro trabalho rigoroso. O Senhor Presidente informou ainda que nesta proposta vem também contemplada a possibilidade de haver um horário flexível, que é um direito dos trabalhadores e para que todos os pedidos que venham a surgir sejam todos tratados da mesma forma, sob as regras definidas. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar o Regulamento Interno de Funcionamento e Registo de Controlo de Assiduidade e Pontualidade dos Trabalhadores do Município, anexos à informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. -----

9. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALFÂNDEGA DA FÉ – AQUISIÇÃO DE UM CAMIÃO CISTERNA - PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente o referido protocolo, acompanhado de uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o nº 6 (seis) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviadas cópias a todos os membros do Executivo, pelo que ficarão a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar algumas informações e que a Agência Portuguesa do Ambiente já transferiu a verba e agora podem transferir e apoiar os nossos Bombeiros Voluntários para a aquisição de um camião cisterna. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a celebração do referido protocolo, nos termos e de acordo com a minuta anexa à informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada. -----

10. ESCRITURA DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE TALHÕES DE TERRENO COMPREENDIDOS NO LOTEAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ – DISTRATE - PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o nº 100 (cem) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto e que constam na informação supra referida. -----

----- De seguida, o Senhor Vereador Vítor Bebiano perguntou se a empresa Amendouro concordava com o teor desta decisão, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que sim e que ela apenas quer resolver a situação da melhor forma. -----



----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, autorizar o distrate da escritura de promessa de compra e venda realizada em 14 (catorze) de dezembro de 1990 (mil novecentos e noventa), nos termos e de acordo com mencionado na informação da Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, supra identificada.

----- **11. PROPOSTA DE AFETAÇÃO DE DESPESAS COM PESSOAL PARA 2023 - PARA APROVAÇÃO** -----

----- Sobre o assunto, presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, registada na aplicação do Atendimento e Expediente, da Medidata, sob o nº 100 (cem) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, supra identificada. -----

----- **12. MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 - 18ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO OM | GOPS 2022 - PARA CONHECIMENTO** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7649 (sete mil seiscentos e quarenta e nove), do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

----- **13. EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, NOS TERMOS DO ART.º 50.º DA LEI Nº 73/2013, DE 3/9, ATÉ AO MONTANTE DE €300.000,00 - RATIFICAÇÃO NOS TERMOS DA COMPETÊNCIA QUE É CONFERIDA PELO N.º 3 DO ARTº 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre o assunto, para ratificação, presente o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara em vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7621 (sete mil seiscentos e vinte e um) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. Aproveitou depois para informar, na sequência da pergunta feita pelo Senhor Vereador Vítor Bebiano sobre o teor da documentação enviada, que essa documentação foi solicitada pelos Senhores Vereadores na reunião de câmara anterior relativamente às despesas relacionadas com o processo do Senhor Adolfo Videira. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, através de despacho por si proferido e supra identificado, que autorizou a consulta a entidades bancárias para a contração de um empréstimo de curto prazo até ao montante máximo de €300.000,00 (trezentos mil euros) pelo prazo de 12 (doze) meses. -----

----- **14. EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL COM CRIAÇÃO DE INCUBADORA DE EMPRESAS - FASE 1 – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 4TN – PARA CONHECIMENTO** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da decisão tomada pelo Senhor Vereador em Regime de Permanência, através de despacho proferido em 14-12-2022, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7251 (sete mil duzentos e cinquenta e um) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião -----

----- **15. EMPREITADA DA “ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ – REMODELAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO – 2.ª FASE – AUTO DE MEDIÇÃO N.º 2 TN – PARA RATIFICAÇÃO** -----



----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7502 (sete mil quinhentos e dois) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente sobre este assunto. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Vereador em regime de permanência, através de despacho proferido em vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, supra identificada, que aprovou o Auto de Medição nº 2TN, no valor de €110.016,14 (cento e dez mil e dezasseis euros e catorze cêntimos), relativamente à empreitada de “Escola Básica e Secundária de Alfândega da Fé – Remodelação e Requalificação – 2ª Fase” -----

16. EMPREITADA DE “RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO LAGAR D’EL REI” – AUTO DE MEDIÇÃO 3 TN - PARA RATIFICAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Obras e Planeamento, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7154 (sete mil cento e cinquenta e quatro) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada a todos os membros do Executivo Municipal, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente sobre este assunto. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Vereador em regime de permanência, através de despacho proferido em 09-12-2022, contido na informação da Divisão de Obras e Planeamento, supra identificada, que aprovou o Auto de Medição nº 3TN, no valor de €95.790,65 (noventa e cinco mil setecentos e noventa euros e sessenta e cinco cêntimos), relativamente à empreitada de “Reconstrução e Ampliação do Edifício Lagar D’El Rei”. -----

17. SETOR DE LICENCIAMENTO - PROCESSO PC.72/22 - PH.301/22 - EMITIDA CERTIDÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE EDIFÍCIO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL - 4 FRAÇÕES, SITO EM “PENEDRAS” - ALFÂNDEGA DA FÉ (PRÉDIO URBANO INSCRITO NA MATRIZ SOB O ARTIGO N.º 1993 E DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ SOB O N.º 32043/20170201), DA FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ, REQUERIDO POR RUMODINÂMICO, LDA. - PARA CONHECIMENTO (COMPETÊNCIA VU-15, SUBDELEGADA NO VEREADOR DA DUA) -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

18. PROPOSTA DE ADESÃO AO “PACTO LOCAL PARA A EMPREGABILIDADE E EMPREENDEDORISMO JOVEM” – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão Económica, Social e da Educação, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 7228 (sete mil duzentos e vinte e oito) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Manuel Silva, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto e aos objetivos que se pretendem atingir com esta adesão, a saber: a promoção da fixação de jovens nos territórios; a adequação da qualificação dos jovens às necessidades locais; a redução do desemprego jovem; a facilitação do acesso a informação; o reforço da cooperação dos municípios e a capacitação dos técnicos municipais. -----



----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, assumir o compromisso com o Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Económica, Social e da Educação, supra identificada. -----

19. REFUGIADOS DA GUERRA NA UCRÂNIA – APOIO PARA ALOJAMENTO LOCAL, DE ACORDO COM A ALÍNEA V), DO Nº 1 DO ARTIGO 33 DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação do Gabinete + Economia, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6168 (seis mil cento e sessenta e oito) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois)., previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Manuel Silva, usou da palavra para explicar melhor este assunto. Disse que se trata do alojamento da primeira família de refugiados da guerra na Ucrânia. Entretanto informou que tentaram perceber, através do Programa “Portas de Entrada” como poderiam ser ressarcidos do apoio que estavam a prestar a estas famílias e o que vem para aprovação é o valor da diferença do apoio que o IRHU dá com o valor total do alojamento na pensão Ovimar, pois o valor atribuído foi de €25,00 (vinte e cinco euros) por dia e o valor cobrado pela referida pensão foi de €35,00 (trinta e cinco euros). Assim, esclareceu que o valor total da diferença é o que consta na informação que foi enviada a todos os membros do Executivo, ou seja, o valor de €1.501,00 (mil quinhentos e um euros). -----

----- De seguida, o Senhor Vereador Vítor Bebiano disse que tem conhecimento que há dois tipos de famílias refugiadas, ou seja, umas estão a ser apoiadas diretamente pela Santa Casa da Misericórdia, que habitam no espaço deles, não pagam luz, nem água e a alimentação é fornecida pela própria Santa Casa e estas famílias, que passou a ser apenas uma, está com problemas de água no apartamento onde estão agora a morar e acha que não ficava mal ao Município resolver essa situação e encontrar uma solução para ficar isenta do pagamento de água. Entretanto, a Senhora Vice-Presidente disse que foi abordada por alguém que está a apoiar diretamente essa família, que também manifestou essa preocupação. No entanto, sabem que os que estão a ser apoiados diretamente pela Santa Casa da Misericórdia, têm despesas que já estão a ser difíceis de suportar por esta Instituição e o esforço que está a ser feito, em conjunto, é procurar, junto do nosso mercado de arrendamento, também ao abrigo do Programa do IRHU, se já há alguma resposta de habitação destinada a elas, para que possam ter mais privacidade em família. Disse que para já ainda não há, mas o que pretendem é arranjar soluções que possam autonomizar estas famílias e também para que elas possam arranjar trabalho. Sabe que algumas já estão a trabalhar na Santa Casa e, por isso, já conseguem ter algum rendimento, podendo, assim, fazer face a algumas despesas que tenham. A Senhora Vice-Presidente informou também que pediu às técnicas da ação social que estudassem soluções para poderem ajudar estas famílias de forma legítima, mas sem desprimor pelos que já cá estão, que também têm dificuldades. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **UNANIMIDADE**, aprovar o pagamento dos €1.501,00 (mil quinhentos e um euros) ao alojamento local, em complementaridade ao apoio da Administração Central, de acordo com a alínea v), do nº 1 do artigo 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos termos referidos na informação da Divisão Económica, Social e da Educação, supra identificada. -----

20. APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA - PARA CONHECIMENTO -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação do Gabinete + Economia, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 6996 (seis mil novecentos e noventa e seis) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----



----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, prestou alguns esclarecimentos relativamente a este assunto. Disse que a transferência dos valores em causa e que constam na listagem anexa à informação referida, será feita até ao dia vinte de janeiro. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano disse ter visto uma informação na página do *Facebook* da Câmara de Torre de Moncorvo, no âmbito do apoio pecuário, no sentido de terem atribuído fardos de palha. Continuando, disse que já numa altura ele tinha sugerido essa possibilidade, que seria uma ajuda importante para os produtores de gado, neste momento, continua a ser e, uma vez que existe uma rúbrica criada para este fim, de cerca de dez mil euros, poderia também adotar-se essa medida, pois a listagem que está apresentada não contempla esse valor, sendo bem inferior. O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta listagem não está completa, pois ainda há muitos agricultores/produtores a entregar documentos e provavelmente irá ultrapassar esse valor. Contudo, o Senhor Vereador Vítor Bebiano entende que a atribuição de palha seria importante pois veem-se rebanhos de ovelhas com camas mal feitas e o fardo de palha subiu muito e caso sobre dinheiro, poderia ser utilizado para comprar esses fardos de palha e distribuí-los pelos agricultores/produtores, à semelhança do Município de Torre de Moncorvo que está a atribuir um fardo de palha por cada dez ovelhas. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da informação do Gabinete + Economia, supra identificada. ---

21. RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE DA EQUIPA DA ATENÇÃO BIOPSSICOSOCIAL À PESSOA IDOSA - PARA CONHECIMENTO -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do referido relatório, registado na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 84 (oitenta e quatro) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), bem como dos esclarecimentos dados pela Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Manuel Silva e que estão contidos no referido relatório. -----

----- O Senhor Presidente disse que este trabalho, desenvolvido por esta equipa, é muito importante para muitas famílias e é um orgulho enorme ver, quando estão em contacto com as famílias que beneficiam deste apoio, a satisfação que elas e os seus familiares têm e o agradecimento que fazem ao Município e por isso é um trabalho que têm que partilhar por todos. Por isso, deu os parabéns a toda a equipa e à Senhora Vice-Presidente, uma vez que é um serviço que está no seu pelouro, sempre com o intuito de lhe dar continuidade e melhorar. -----

22. TARIFÁRIOS 2023 (AA + SAR + RU) – PARA O UTILIZADOR FINAL - PARA APROVAÇÃO -----

----- Sobre o assunto, presente uma informação da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 95 (noventa e cinco) do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), previamente enviada cópia a todos os membros do Executivo, por correio eletrónico, pelo que ficará a constar no processo da documentação desta reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos. Disse que esta informação foi feita com base no parecer da ERSAR que é obrigatório. Informou que este parecer é favorável, mas com algumas recomendações. Explicou que nos últimos anos têm vindo a fazer alguns esforços no sentido de cumprirem estas recomendações que têm carácter obrigatório. Elas têm vindo a ser seguidas de forma gradual para cumprirem os normativos legais, mas também para poderem ter acesso aos fundos comunitários e assumiram compromissos, no último Quadro Comunitário, relacionados com o investimento que fizeram do Ciclo da Água, de terem uma eficiência de 90% (noventa por cento). Disse que esse trabalho foi feito com bastante dificuldade, na medida em que os custos relacionados com a água têm vindo a aumentar e por isso, este ano, vão ter de fazer uma atualização da tarifa de forma geral, para domésticos e não-domésticos na ordem dos 15% (quinze por cento). Para além disso, disse que vão ter de implementar alguns tarifários que não tinham implementado mas que têm que o fazer, nomeadamente a implementação do tarifário social, que também já esteve presente na reunião de câmara e posteriormente submetido à Assembleia Municipal. Explicou que com esta tarifa social, cerca de mil famílias irão ter uma redução, nos dois primeiros escalões,



de cerca de 40% (quarenta por cento) do custo da água e do saneamento. Continuando, explicou ainda que nos resíduos urbanos só tinham uma tarifa variável e também têm que ter uma tarifa fixa, ou seja, a partir deste ano passarão a ter uma tarifa fixa e uma tarifa variável nos resíduos urbanos. Entretanto, o Senhor Presidente informou que têm vindo a acumular prejuízos nestes setores. Disse depois que a taxa de gestão de resíduos que, em 2015 (dois mil e quinze) era de €5,00 (cinco euros) por tonelada em aterro, este ano será fixada em €25,00 (vinte e cinco euros) por tonelada em aterro e até ao ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco) irá subir para €30,00 (trinta euros), ou seja, são custos que se repercutem para os municípios e neste momento estes custos não estão a ser diluídos na totalidade e por isso têm que se fazer atualizações e aumentos, por uma questão de responsabilidade financeira, para também cumprirem os pagamentos aos fornecedores. Disse ainda que os aumentos vão incidir mais nos últimos escalões como forma de reforçarem e de incentivar os consumidores à poupança de água. Informou depois que, com esta proposta de tarifário, querem atingir os 100% (cem por cento) de cobertura do serviço, porque se não conseguirem atingir esta cobertura, poderão “ficar de fora” das ajudas do próximo Quadro Comunitário, onde poderão ter mais oportunidades de investir no Ciclo Urbano da Água e também para não serem prejudicados nas candidaturas que estão agora a ser implementadas. Infelizmente, o Senhor Presidente disse não serem boas notícias, uma vez que a fatura final do consumidor vai sofrer um aumento de cerca de 15% (quinze por cento). -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano usou depois da palavra para perguntar se a dívida à empresa Águas do Norte já está a ser abatida ou continua. O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que durante o corrente mês essa dívida vai começar a ser abatida e estes aumentos também irão ajudar no abate a essa dívida. -----

----- Depois o Senhor Vereador José Almendra disse que, comparativamente ao Município de Vila Flor, Alfândega da Fé tem um tarifário superior àquele Município. O Senhor Presidente da Câmara concordou e disse que Vila Flor, em conjunto com os Municípios da CIM-TTM, estão a negociar com o Ministério do Ambiente no sentido de voltarem a ficar com o sistema em alta, para poderem, através de uma empresa supramunicipal, fazerem a gestão de todo o sistema. Isto também para todos terem um tarifário mais homogéneo em toda a região e ser melhor gerido e com mais eficácia. O Senhor Vereador José Almendra disse estar preocupado com a questão do “timing”, pois, por um lado, o assunto foi muito bem explicado e vê-se a preocupação de acompanhar as subidas para não ficarem de fora de programas, mas, por outro lado, o momento não é o melhor nem para as famílias, nem para as empresas que, algumas têm consumos maiores e sustentam famílias e que poderá vir a ter um impacto significativo nas suas contas. O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que essa situação foi salvaguardada com a implementação do tarifário social, que contemplam medidas de proteção e foi aprovado, antes desta proposta e, para além disso, este aumento pode ser uma forma das empresas poderem fazer uma melhor gestão do consumo da água. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que estes aumentos foram muito bem ponderados com o Chefe de Divisão e que o facto de terem implementado, em 2022 (dois mil e vinte dois), o processo de execuções fiscais, este também está a ajudar na medida em que também é um processo que veio trazer justiça, pois todos os alfundeguenses podem sentir-se defendidos na questão do pagamento de água. -----

----- O Senhor Vereador Vítor Bebiano disse depois que está na altura de, entre todos, arranjar uma forma de poderem ajudar as empresas que o Senhor Vereador José referiu e as IPSS's do Concelho. Sugeriu que para algumas situações seria conveniente que a água não fosse tratada e não fosse da rede, pois tem cloro a mais para alguns casos e seria conveniente criarem medidas de apoio para a criação de furos artesianos, dando depois exemplos de casos em que este tipo de água seria benéfico e seria um assunto transversal a toda a CIM-TTM pois os problemas de Alfândega da Fé são comuns a todos. O Senhor Presidente da Câmara referiu que têm investido muito no regadio e têm estado a fazer um excelente trabalho nessa área e chegar a todos é impossível. Para além disso, as reservas de água têm que ser muito bem geridas para que, em momentos mais aflitivos e mais necessários, estejam disponíveis. Contudo, entende a importância de haver água com alguma regularidade de forma genérica a todos os agricultores, mas não



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 10-01-2023

poderão criar medidas nem incentivos à criação desses tipos de furos, pois têm que ser criteriosos e criar prioridades e uma é a medida de incentivo à criação de postos de trabalho, que iniciará ainda durante o corrente mês, disse. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por **MAIORIA**, com três votos a favor e dois votos contra, dos Senhores Vereadores Vítor Bebiano e José Almendra, aprovar, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, supra identificada, os Tarifários ao Utilizador Final para 2023 (AA + SAR + RU), salvaguardando o seguinte: -----

----- a) Nos termos do nº 1 e nº 3 do artigo 11º-A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a definição das tarifas dos serviços municipais está sujeita a atualizações anuais que entram em vigor a 1 de janeiro de cada ano, devendo as entidades gestoras remeter à entidade reguladora os tarifários dos serviços no prazo de 15 dias após a sua aprovação, obrigando à aprovação desta proposta de tarifário ainda que não tenha sido emitido o parecer da ERSAR. ---

----- Os Senhores Vereador Vítor Bebiano e José Almendra disseram votar contra pelos motivos invocados anteriormente, pelo Senhor Vereador José, ou seja, entendem que o momento não é o melhor, embora perceba as situações referidas pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não se verificaram intervenções. -----

----- Por último deliberou a Câmara Municipal aprovar esta ata em minuta, por **UNANIMIDADE**, nos termos do n.º 3 do Art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para efeitos imediatos. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, declarou encerrada a reunião, às quinze horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Sandra Manuela Penarroias Fernandes Camelo, Técnica Superior, a lavrei, subscrevo e também assino. -

Presidente da Câmara Municipal: _____

Secretária da Reunião: _____

sandrac